

Boletim **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios – setembro de 2010

Queimadas Sem prevenção e sem controle

Nesta edição:

- Prefeitos lamentam descaso dos deputados com a Saúde
- Ziulkoski recebe título de Cidadão Honorífico de Porto Alegre
- Manaquiri (AM): a importância da escola em tempo integral

Mobilização

Mobilização de prefeitos não sensibiliza Câmara de Deputados, que resiste à Emenda 29

Nos dias 17 e 18 de agosto, mais de uma centena de prefeitos vieram a Brasília para dar continuidade à principal luta municipalista dos últimos meses: a regulamentação da Emenda 29. Convocados pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) e liderados pelo presidente Paulo Ziulkoski, prefeitos e prefeitas acompanharam o último esforço concentrado da Câmara dos Deputados antes das eleições em outubro. Lamentavelmente, nada foi votado pelos parlamentares por falta de quórum.

Depois de ouvirem seguidamente promessas do presidente da Câmara, deputado Michel Temer (PMDB-SP), de que a matéria seria votada, os gestores estavam esperançosos quanto à aprovação da Emenda 29. No entanto, por mais uma vez, o Projeto de Lei Complementar (PLP) 306/2008, que regulamenta a Emenda, não foi votado. A proposta está há três anos na Câmara e depende de apenas um destaque para ser votada.

O presidente da CNM procurou nestes dois dias os líderes partidários para ouvir deles a explicação pela não-votação da matéria. Alguns deputados, como Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Osmar Terra (PMDB-RS), estiveram na ala das comissões onde os prefeitos se reuniram. Eles explicaram que não havia como votar o projeto sem a presença dos deputados e lamentaram a ausência de Temer, que não compareceu ao esforço nos dois dias.

Ziulkoski, representantes de entidades estaduais e microrregionais,



Agência CNM

prefeitos, vereadores, secretários e alguns agentes de saúde se indignaram com a falta de interesse político da Casa em votar a proposta que aumenta os recursos para a Saúde pública no Brasil, apesar de a própria presidência da Câmara anunciar na Internet a vontade em votar o PLP. “Um jogo de cena”, segundo Paulo Ziulkoski.

Mesmo com esse resultado, Ziulkoski considera que a mobilização alcançou resultado positivo. “Nós conseguimos avançar bastante. Mesmo que não tenham votado, criamos o ambiente para as próximas sessões”, concluiu. Os municipalistas não desistiram desta reivindicação e devem voltar ao Congresso ainda este ano para pedir a urgente votação da Emenda 29.

Mobilização

Confiante, Ziulkoski acredita na vitória dos municipalistas na luta pela Saúde

“Onde estarão nossos eminentes deputados?”, questionou o presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Por dois dias, ele liderou o movimento a favor da imediata votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 306/2008, que regulamenta a Emenda 29. Porém, como nada foi votado, Ziulkoski recomendou aos gestores que mantenham a mobilização nos Municípios.

Em reunião na Câmara, Ziulkoski lembrou aos gestores a importância em não apoiar a candidatura daqueles deputados que não manifestam interesse pela Emenda 29. O presidente da CNM reconheceu a atuação das entidades estaduais e microrregionais e agradeceu a presença dos prefeitos, vereadores, secretários e agentes de saúde que, em Brasília, se juntaram à luta da Confederação por melhorias na Saúde.

Para Ziulkoski, a ausência dos deputados no último esforço concentrado da Casa é lamentável e “alimenta todo esse jogo partidário”. Ele acredita que

a proposta ainda não foi votada em defesa do governo. “Vão votar talvez a PEC 300 [piso dos policiais e bombeiros], porque é dinheiro dos governadores. Agora, não votam a Emenda 29, porque é dinheiro da União”.

Ao longo da mobilização, muitos prefeitos sugeriram que, caso haja segundo turno nas eleições de outubro, o movimento municipalista promova uma nova mobilização para reivindicar não só a EC 29, como também outras questões que preocupam os gestores. “Vai ser a hora de fazermos uma grande marcha pra denunciar tudo, queda no FPM, Royalties e todos os problemas”, antecipou.

Apesar da demora na votação do PLP 306/2008, Ziulkoski está confiante na vitória. “Hoje eu diria que amadurece cada vez mais a necessidade de se regular a Emenda 29. Isso vai ter que ser regulamentado. Vão votar sim, e talvez votem ainda esse ano. E se não votarem esse ano, ano que vem tem que votar. Não podemos mais esperar”, finalizou.

Mobilização

Entidades falam em “desrespeito aos Municípios”

Depois de virem a Brasília com a esperança de comemorar a regulamentação da Emenda 29, os presidentes de entidades estaduais e microrregionais voltaram para os Municípios sem a vitória esperada. Como representantes de outros prefeitos, eles tiveram de informar aos demais gestores sobre o descaso da Câmara dos Deputados com a votação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 306/2008.

Apesar da notícia, os líderes estaduais e regionais ainda acreditam que o movimento liderado pela Confederação Nacional de Municípios (CNM) pode mudar esse cenário de descaso com a Saúde. Confiam que até o final de 2010, os Municípios poderão contar com mais recursos para a Saúde. Confira alguns depoimentos abaixo:

“Foi válido o movimento. Mas quando o governo federal tem que mexer nos seus recursos ele resiste muito. Não há justificativa para continuar protelando isso. Os parlamentares querem votar. Se entrar na pauta, ela deve ser aprovada por unanimidade. Um mínimo aceno do Poder Executivo em relação a isso se colocaria na pauta. Mas o governo não quer.”

Ilton Costa, vice-presidente da Associação de Municípios do Alto Jacuí (Amaja- RS)

“Analisamos isso como um desrespeito à população brasileira. Estivemos aí [em Brasília] representando os Municípios e mais uma vez fomos enganados. A gente se sente desprestigiado. Nós que ajudamos a eleger nossos deputados e os compromissos são assumidos e não cumpridos. Vamos persistir até que eles aprovelem a regulamentação da Emenda 29.”

Aderbal dos Santos, presidente da Associação dos Municípios da Grande Florianópolis (Granpolis)

“Devemos continuar com as mobilizações. Não é nossa culpa se o Congresso não avançou com as votações. A luta do 1% no FPM durou mais de cinco anos. Isso é realmente demorado. Faz parte dessa luta. É um jogo de empurrar-empurra. A oposição tem certos interesses, a situação tem outros, e nós ficamos no meio. Mas isso não me desanima.”

João Dourado, presidente da Associação Municipalista de Pernambuco (Amupe).

“Foi uma atitude lamentável. Percebe-se uma má vontade do presidente da Câmara e do líder do governo em não pautar essa matéria e isso acaba submetendo os Municípios a mais dificuldades na área da Saúde. O presidente [da Câmara] nem participou das sessões. Foi um desrespeito com os gestores municipais.”

Valdir Zanchin, presidente da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).



Agência CNM



Agência CNM

“É uma frustração quanto ao compromisso político. Não há menor sensibilidade, principalmente por parte do governo, em resolver uma questão que aflige todos os prefeitos, colocando em risco o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal ou o atendimento na atenção básica à Saúde”.

Celso Franco, presidente da Associação dos Municípios do Extremo Noroeste do Estado de São Paulo (Amensp).

“Estamos certos de que os deputados do Amazonas votam a favor do interesse municipalista, mas acima de tudo que eles possam ir à Câmara e falar, principalmente, ao presidente Temer, para que ele acelere essa votação. É difícil para nós acreditarmos que o Congresso está nos tratando desta forma.”

Jair Souto, presidente da Associação Amazonense de Municípios (AAM).

“Infelizmente, o Congresso não cumpriu com sua parte nesse período de esforço concentrado. Mas estamos conscientes de que não podemos parar. Esperamos convencer e sensibilizar os deputados. Sem dúvida nenhuma, essa pressão não cessará por conta das eleições.”

Benes Leocádio, presidente da Federação de Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn).

Finanças

FPM de setembro também frustra prefeitos

Os Municípios receberam sexta-feira, 10 de setembro, o repasse referente ao primeiro decêndio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Em valores líquidos, com a retenção do Fundeb descontada, o montante é de R\$ 1.671.929.112,78. Em valores brutos, são R\$ 2.089.911.390,98. As informações são do presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski.

Ziulkoski destaca que, de acordo com o levantamento da CNM, o primeiro decêndio de setembro registrou queda de 18,98% em relação ao mesmo período de agosto. A estimativa da Secretaria da Receita Federal também era negativa: 3% a menos no primeiro repasse deste mês. “Essa diferença em relação ao que a Receita Federal havia previsto é grande e preocupa os

gestores municipais”, destaca.

Ainda de acordo com as previsões da Receita, os repasses de setembro do FPM chegarão ao

montante de R\$ 3,391 bilhões em valores brutos.

O valor é 6,8% maior que o mesmo período de 2009 e 9% menor que setembro de 2008.

Tabela do FPM com os valores brutos nominais dos anos de 2009 e 2010				
Meses	2009 (A)	2010 (B)	Diferença (B-A)	%
Janeiro	4.407.565.084	3.786.491.098	(621.073.987)	-14,1%
Fevereiro	4.108.988.523	4.623.032.838	514.044.315	12,5%
Março	3.284.796.516	3.434.248.300	149.451.785	4,5%
Abril	3.921.102.229	4.114.744.696	193.642.468	4,9%
Maió*	5.412.727.912	5.066.088.767	(346.639.145)	-6,4%
Junho*	4.216.796.528	4.396.720.594	179.924.067	4,3%
Julho*	3.093.472.707	3.233.077.892	139.605.185	4,5%
Agosto	3.587.403.899	4.332.969.940	745.566.041	20,8%
Setembro*	3.175.626.625	3.391.776.266	216.149.641	6,8%
Total	35.208.480.023	36.379.150.392	1.170.670.369	3,3%

*Somado o AFM de maio, junho, julho. Setembro estimativa da RFB

Finanças foi tema de reunião com prefeitos de SC e RS

A preocupação com o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) motivou mais de 80 prefeitos gaúchos e catarinenses a participar de uma reunião com o presidente Paulo Ziulkoski, no início de setembro. Ele apresentou levantamentos da CNM e mostrou aos gestores municipais como se comportam os repasses do FPM nos Municípios da região.

“Apesar da recuperação que a economia brasileira tem apresentado, o comportamento do FPM em 2010 não é nada animador”, ponderou Ziulkoski.

Segundo ele, o FPM é a principal fonte de receita dos pequenos Municípios e, infelizmente, permanece no mesmo patamar de 2009, em que foi registrado o auge da crise econômica no País.

Outros temas relacionados à administração municipal também foram abordados no encontro promovido em Meleiro (SC). A regulamentação da Emenda 29 e a divisão dos *Royalties* da exploração da camada pré-sal são alguns exemplos.

Agenda CNM

Confira os prazos de adesão a convênios, programas, editais e eventos de interesse municipal:

Finanças

- Municípios com mais de 50.000 habitantes devem publicar o Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre de 2010 até dia 30 de setembro.
- A publicação de todas as compras realizadas pelo Município deve ser feita até dia 30 de setembro em órgão de divulgação ou em quadro de avisos de amplo acesso ao público e, também, pela Internet.
- O prazo para a entrega da declaração do Imposto Territorial Rural (ITR) vai até o dia 30 de setembro.

- Também no dia 30 de setembro, termina o prazo para os Municípios publicarem o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) relativo a julho/agosto, 4º bimestre de 2010.

Desenvolvimento Social

- É necessário o acompanhamento da frequência escolar de crianças e adolescentes retirados da exploração infantil pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (SCFV do Peti). A coleta dessa frequência deve ser feita até 27 de setembro.

Parceria

CNM e Sebrae firmam convênio para incentivar implantação da Lei Geral nos Municípios

Um convênio entre a Confederação Nacional de Municípios (CNM) e o Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) deve impulsionar a regularização da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa nos Municípios brasileiros. A parceria foi assinada pelos presidentes da CNM, Paulo Ziulkoski, e do Sebrae, Paulo Okamoto. A iniciativa tem os seguintes objetivos:

- auxiliar os Municípios a cumprirem as obrigações legais impostas pela Lei Geral, de forma efetiva;
- estimular a formalização dos pequenos empreendimentos em menor tempo e com menor custo;
- capacitar agentes de desenvolvimento e comissões de licitações para a utilização dos mecanismos de compras públicas e de pregão eletrônico;
- capacitar os servidores municipais para atuarem com presteza na regularização dos empreendedores individuais.

De acordo com o texto, a iniciativa segue estratégia de ampliar a municipalização da lei em parceria com as entidades municipalistas. No entanto, detalhes sobre a Lei Geral e quais são as responsabilidades dos Municípios ainda são um assunto pouco conhecido para alguns gestores.



E por reconhecer a importância desta medida, a CNM esclarece o tema e ressalta a importância da parceria para a municipalização da Lei Geral.

Popularmente chamada de Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, a Lei Complementar 123/2006 foi instituída para estimular o desenvolvimento do setor. Após três anos de vigência, ficou evidente que, para alcançar os pequenos negócios, o apoio do gestor municipal é fundamental. Em seu discurso, Ziulkoski disse que mais de 4 mil Municípios ainda não implementaram a lei, de acordo com estimativa inicial da entidade.

Para o presidente da CNM, a parceria irá proporcionar o desenvolvimento de um trabalho que alcance quase todo o País. “Esse é um convênio por aproximadamente dois anos, e a entidade, em parceria com o Sebrae, irá desenvolver um trabalho em todo o País, habilitando os Municípios, principalmente, para a implantação da Lei Geral”, explicou.

Na ocasião, o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto, explicou aos prefeitos a importância da Lei Geral para o desenvolvimento dos Municípios, com incentivo e aproveitamento do potencial dos micro e pequenos negócios no processo. E salientou que, apesar de a Lei estar regulamentada em 1.641 Municípios, falta implementá-la de fato.

Okamoto lembrou que, se nada for feito, a tendência é que os negócios migrem destas cidades para aquelas que propiciam ambiente mais amigável ao segmento. “A lei foi criada para ajudar as micro e pequenas empresas e os Municípios. Os prefeitos que já descobriram isso já estão colhendo bons resultados”, afirmou.



Queimadas

Número de Queimadas

A paisagem de centenas de Municípios ganhou cores acinzentadas nos últimos meses. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) apontam que agosto deste ano registrou 27.827 focos de incêndio. O mesmo período de 2009 teve 7.412 queimadas. Com os dados de agosto, 2010 acumula uma estatística preocupante, quase 47 mil focos de incêndio. Os Estados mais atingidos são Mato Grosso, Pará, Roraima, Maranhão e Rondônia.

De acordo com o coordenador do setor de monitoramento de Queimadas do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), Alberto Setzer, o clima seco, de estiagem prolongada, é um dos fatores que favorecem o aumento no número de queimadas. “Mas é importante frisar que o clima seco não é o causador dos incêndios, quem os inicia é a ação ilegal do homem”, explica. As principais causas dos incêndios são econômicas e culturais.

Ele destaca que o número reduzido de queimadas no ano passado se deve ao elevado índice

de chuvas no Brasil, mesmo nos períodos de estiagem. “A situação está grave em 2010, existem áreas grandes onde não chove há três meses”, alerta. Setzer afirma que os órgãos ambientais precisam redobrar a atenção porque os meses de setembro e outubro também são de estiagem e poderão ser críticos.

Se esse cenário persistir nos próximos dois meses, alerta o pesquisador do Inpe, o ano de 2010 poderá ser comparado ao de 1998, um dos piores da história em número de incêndios nos Municípios. Em março daquele ano, um incêndio em Roraima atingiu milhares de pessoas e chegou a outros Estados. “O homem precisa se conscientizar de que as queimadas são uma atitude irresponsável, proibidas em lei”, diz Setzer.

O DRAMA DOS MUNICÍPIOS

Localizado a 820 quilômetros de Cuiabá, o Município de Vila Rica (MT) registrou 142 focos de incêndio em agosto e é um dos mais prejudicados.

De acordo com o prefeito, Naftaly Calisto da Silva, “a situação está incontrolável”. Segundo ele, o tempo está horrível, a umidade baixa, a fumaça atingiu toda a cidade e a visibilidade para o pouso de aviões é quase nula.

Por causa da umidade abaixo da média — a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda níveis acima de 60% —, os hospitais do Município também estão sobrecarregados. Os pacientes, principalmente crianças e idosos, sofrem com o clima seco e a falta de chuvas. “Já tivemos de fretar um voo para levar um idoso que estava em estado grave para Palmas (TO). É uma calamidade”, reforça o prefeito.

Calisto destaca que a prefeitura está mobilizada, dia e noite, para combater os novos focos de incêndio que, segundo ele, aparecem a todo o momento. A brigada do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) instalada no Município possui 41 agentes. A equipe está em alerta para evitar maiores prejuízos, existem focos a 3km da área urbana.



bate recorde em agosto

PREVENÇÃO

Em Buritis (RO), as queimadas chegaram à área urbana. Casas, comércios e fábricas foram destruídos. Na última semana de agosto, um incêndio atingiu uma cafeeira e destruiu mais de mil sacas de café. “Tivemos chuvas em julho e agosto no ano passado. Agora, elas estão escassas, e o tempo está mais seco”, conta o prefeito Élson de Souza Montes.

Prefeitos rondonienses estão unidos e já se reuniram com a Associação Rondoniense de Municípios (Arom) para discutir estratégias de atuação em conjunto. Razões para a preocupação não faltam. Além da área urbana, “as queimadas estão destruindo plantações, pastagens e matando animais”, resume Élson.

Os prejuízos deste ano servirão de aprendizado. De acordo com Montes, o objetivo é ampliar o trabalho de conscientização feito com os mo-



Marcelo Casal Jr/ABr

radores. Em parceria com o programa *Prevfogo*, iniciativa do governo estadual, serão promovidas mais ações nas escolas, nas ruas, nas associações de moradores e na zona rural.

Para evitar tragédias como as de Vila Rica e Buritis, além de outras centenas de Municí-

pios, Setzer recomenda aos gestores municipais que eles invistam em dois pilares: Educação e Punição aos infratores. “Só a conscientização dos cidadãos não resolve o problema, quem fizer queimadas precisa ser responsabilizado por seus atos”, alerta.

Estado de emergência ambiental

O quadro é tão grave que as queimadas levaram, no início de setembro, o Ministério do Meio Ambiente a decretar estado de emergência ambiental em 14 Estados e no Distrito Federal. Estão na lista: Amapá, Amazonas, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia, Roraima, Pará, Piauí, Tocantins, Bahia, Goiás e Minas Gerais. Com o decreto, se houver necessidade, os Estados podem contratar brigadistas para combater o fogo sem necessidade de licitação.

Marcelo Casal Jr/ABr



Trânsito

Municipalização do Trânsito: estudo mostra situação de mototaxistas e motoboys

Em seu Município, o trânsito é municipalizado? Um estudo da Confederação Nacional de Municípios (CNM), a partir de pesquisa com 5.241 prefeituras, mostra que apenas 748 prefeituras implantaram o processo de municipalização e são responsáveis pela gestão do trânsito local. Além dessa informação, o estudo indica como estão as atividades de mototaxista e motoboy nos Municípios brasileiros. O tema também foi pauta do *Boletim CNM* de maio, na matéria "Municipalização do Trânsito traz benefícios".

De acordo com a Resolução 296/2008 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), municipalizar o trânsito é integrar os órgãos ou entidades executivos de trânsito e rodoviários municipais ao Sistema Nacional de Trânsito (SNT). Isso significa, conforme esclarecimento da CNM, um processo legal, administrativo e técnico, em que o Município assume integralmente a responsabilidade pelos seguintes serviços: engenharia; fiscalização; educação para o trânsito; levantamento; análise e controle de dados estatísticos e Juntas Administrativas de Recursos de Infrações (Jaris).

A partir destes esclarecimentos, o estudo da CNM mostra que das 748 prefeituras que já desenvolveram este processo – 14,3% das entrevistadas – a maior parte é do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, em que 46% e 36% dos pesquisados assumiram a gestão do trânsito. Em seguida, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Ceará, nos quais 33,7%, 28,6% e 20% dos Municípios abordados afirmaram ter municipalizado a atividade.

A CNM entrou em contato com mais de 4.400 Municípios que ainda não



iniciaram o processo de municipalização. Destes, 55% disseram ter interesse em assumir o trânsito e 44% informaram não ter interesse nessa mudança.

Atividades profissionais com o uso de motocicleta

Sobre a regulamentação da profissão de atividades dos profissionais com o uso de motocicleta há um ano, as atividades foram normatizadas. A Lei 12.009/2009 impôs medidas legais para o exercício das atividades dos profissionais com o uso de motocicleta para transporte de passageiros, de mercadorias e serviço comunitário de rua.

Propostas de reforma no Código de Trânsito Brasileiro

Também com o foco no trânsito, a Câmara dos Deputados analisa diversas propostas que preveem, basicamente, alterações e sugestões de medidas a serem incluídas no Código de Trânsito Brasileiro. Entre eles, o projeto de reajuste, multas e o de alteração da Lei Seca.

A Comissão de Transporte da Câmara dos Deputados instalou, em 2009, a Subcomissão Especial para Reforma do Código de Trânsito para analisar todas as propostas que tratam do tema. O relator da subcomissão, deputado Marcelo Almeida (PMDB-PR), em entrevista a *Agência CNM*, explicou que foi analisado e dado parecer a mais de 170 projetos. Os que obtiveram parecer favorável foram reunidos em anteprojeto de lei, anexado ao relatório, que propõe a alteração de 78 artigos e acrescenta 18 novos dispositivos ao CTB.

De modo geral, o relatório torna mais rigorosas as punições contra maus motoristas. Entre todas as medidas se destacam três:

- tolerância zero para o álcool na direção por meio da alteração do artigo 306 do Código, que teve nova redação há dois anos – conhecida como Lei Seca;
- reajuste das multas em 89,94%, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA); e
- alteração da sinalização semafórica, em que será incluída uma figura geométrica ao sinal luminoso para adequar as necessidades dos portadores de discromatopsia – os daltônicos. Quadrado, para a cor vermelha; triângulo, para a cor amarela; e círculo, para a cor verde.

Legislação

A legislação não deixa claro qual a competência dos Municípios com a autorização, permissão e fiscalização do serviço. Ainda assim, 642 Municípios afirmaram terem lei que regulariza a atividade de mototaxista e 448, a profissão de motoboy. Porém, dos que não possuem leis específicas para a regulamentação do setor, mais da metade – 2.552 – não têm interesse em regulamentar a atividade.

Na comparação por Estado, de acordo com o resultado da pesquisa, o Norte e o Centro Oeste dão mais atenção à questão que o Sul e o Sudeste. O quadro pode ser confirmado no exemplo do Acre. O Estado tem 22 Municípios, 20 destes foram entrevistados e mais da metade afirmou ter regularizado a atividade de mototaxista e 33% a profissão de motoboy. No Rio Grande do Sul, das 496 prefeituras, a CNM pesquisou 434 e destas apenas 4,8% possuem lei específica para a atividade de mototaxista e 3,9% para a atividade de motoboy.



Ascom/Dnit

Saiba mais sobre a municipalização

A municipalização do trânsito está prevista na Lei 9.503/2007, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (CTB). A CNM defende que implantar o processo promove benefícios para a administração. Ao inserir o Município no Sistema Nacional de Trânsito (SNT), por meio da municipalização, a gestão local também se torna responsável pelos serviços de Engenharia de Tráfego e de Campo, de Fiscalização, de Controle e Análise de Estatística e de Programa Municipal de Educação de Trânsito.

De acordo com um levantamento da CNM, em que 5.241 prefeituras foram entrevistadas, apenas 748 haviam implantado o processo de municipalização. Estes Municípios, esclarece a Confederação, podem promover políticas mais sensatas e humanas que resultam no desenvolvimento urbano, além de poder aumentar sua arrecadação. No caso de multas, por exemplo, parte dos recursos vai para o Município. Assim, como qualquer alteração da lei tem impacto direto na prefeitura que é responsável pelo departamento.

Para esclarecer melhor o assunto, a CNM responde às dúvidas mais frequentes.

O que é trânsito? De acordo com CTB, é o direito de todos de

ir e vir com segurança: a pé, de automóvel, de ônibus, de bicicleta. Também o direito ao transporte público de qualidade e o direito de usufruir o espaço público – calçadas, áreas verdes, estradas, ruas e avenidas sinalizadas.

Por que municipalizar o trânsito? Primeiramente, por se tratar de uma obrigação legal. Também por promover condições de avaliar necessidades reais e expectativas da população – nas demandas de segurança, fluidez e acessibilidade – contribuindo para melhor qualidade de vida. E por tornar possível a solução de problemas relacionados à sinalização precária, a estacionamentos em locais inapropriados, à travessia de pedestres, a dimensões inadequadas das estradas, ruas e praças.

Como municipalizar o trânsito? Estabelecendo uma estrutura organizacional – estrutura administrativa, estrutura técnica, Junta Administrativa de Recursos de Infrações (Jari) e lei de criação e cadastramento – com capacidade para o exercício das atividades e competências legais, que são, no mínimo: engenharia de tráfego; fiscalização e operação de trânsito; educação de trânsito; coleta, controle e análise estatística de trânsito.

Educação

Manaquiri (AM) prioriza Educação e oferece escola em tempo integral aos alunos

Milhares de alunos do pequeno Município de Manaquiri (AM), localizado a 60 quilômetros da capital Manaus, estão ganhando um motivo especial para irem à escola em 2010. Além das lições tradicionais, eles passam o dia todo na escola e praticam outras atividades importantes à sua formação. O Município é o primeiro do interior do Estado a oferecer escola em tempo integral aos alunos do Ensino Fundamental. O processo está em implantação e é um exemplo a ser seguido.

Quase três mil alunos já estudam neste sistema em 14 escolas – 13 na zona rural – do Município. As aulas tiveram início em junho, mas a revolução no ensino das crianças de Manaquiri começou a ser pensada há três anos. Acompanhado de sua equipe, o prefeito Jair Aguiar Souto viajou para outros Municípios, buscou experiências e implantou o que considera mais eficiente. Em fevereiro deste ano, convidou a população a assinar um Pacto pelo Ensino Integral em Manaquiri.

“Houve certa resistência para convencer os moradores a apoiarem nosso projeto. Muitas famílias ainda dependiam do trabalho das crianças”, conta Jair. Mas, vencido o primeiro desafio, Manaquiri deu continuidade às obras de construção de escolas que estavam em andamento e abriu concurso público para contratar professores para ministrar aulas em tempo integral.

Apesar de dificuldades, como falta de recursos financeiros, toda a equipe se dispôs a aprender e trabalhar por esse novo modelo. Todas as secretarias municipais – Agricultura, Meio Ambiente, Fazenda, Saúde e Desenvolvimento Econômico, por exemplo – foram orientadas a trabalhar integradas, com prioridade a esse setor. “Toda a prefeitura está focada na Educação”, explica Jair.

Em julho, a última instituição inaugurada foi o Centro Educacional Municipal de Tempo Integral Domingos Vasques. Com capacidade para



Pref. Manaquiri

770 alunos, a escola conta com 21 salas de aula, biblioteca, laboratório de informática e de ciências. Foi inaugurada com festa pelos moradores e contribui para tornar o ensino em Manaquiri uma referência no Amazonas.

Por que o tempo integral?

Jair enumera cinco itens que pesaram na decisão de implantar o ensino integral no Ensino Fundamental. Em primeiro, está o clima da Região Amazônica. Caracterizado por severas secas e cheias, ele dificulta o cumprimento dos 200 dias letivos convencionais exigidos pelo Ministério da Educação (MEC). O segundo ponto também se refere ao ambiente onde as crianças vivem. Propício ao lazer, o cenário de cachoeiras, rios e matas torna-se um “inimigo”, porque distrai e afasta as crianças da escola.

A maioria das famílias também não tem condições de oferecer o complemento pedagógico, extra-classe, necessário à formação das crianças. “Os filhos ficavam sozinhos durante o período

em que não estavam em sala de aula”, completa o prefeito. Além disso, a exploração do trabalho infantil era outro ponto preocupante. O último item é a distância entre as escolas. “Com oito horas de estudo, podemos organizar o transporte escolar com mais paciência e eficiência”, resume.

Juntos, todos esses fatores contribuíam para um índice preocupante de evasão escolar em Manaquiri: 29% em 2004. Agora, com o ensino em tempo integral, está cada vez menor, atualmente na casa dos 8,5%.

Escassez de Recursos

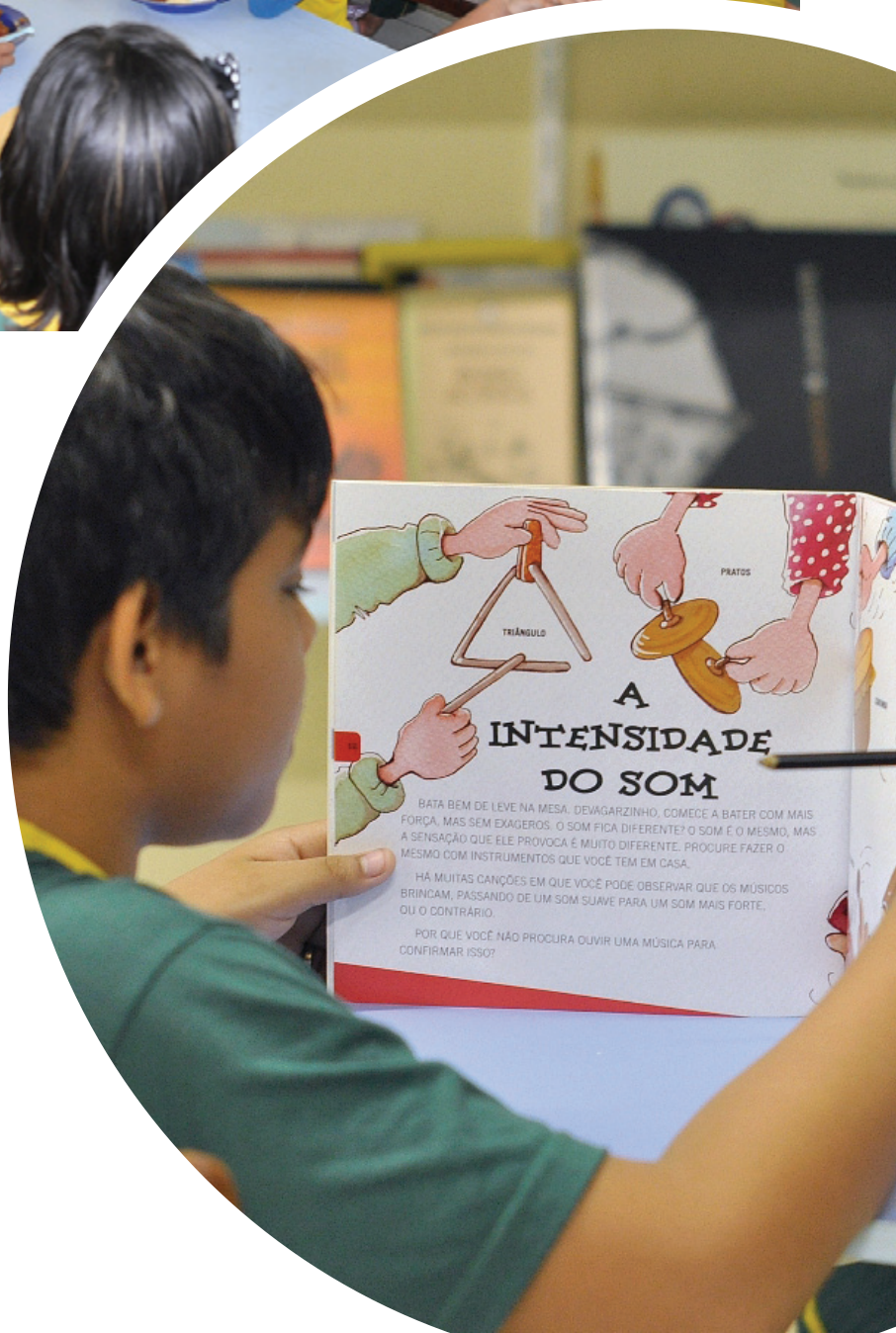
A mudança trouxe mais despesas aos cofres do Município. Os gastos com alimentação, uniforme, material escolar e os investimentos em infraestrutura aumentaram. O salário pago aos professores também está acima da média nacional e do exigido pela legislação. “Só com muita vontade, disciplina e controle financeiro conseguimos avançar. Temos uma equipe extremamente motivada”, revela Jair.



Uma das alternativas, aponta, seria o programa Mais Educação do governo federal. Ele repassa R\$ 0,90 por aluno/dia às escolas que oferecem ensino integral. No entanto, só atende instituições das capitais, regiões metropolitanas ou Municípios acima de 163 mil habitantes. Manaquiri e os outros milhares de pequenos Municípios brasileiros estão fora da lista.

Jair participou de audiências no MEC e colocou o Município à disposição para servir de modelo a outras iniciativas. Ele aguarda a possibilidade de ampliação do projeto. Segundo o prefeito, é no interior que o governo precisa atuar, porque nas regiões metropolitanas o acesso é mais fácil, inclusive ao Ensino.

Toda essa preocupação e o modelo adotado demonstram qual é a prioridade do Município. "Ao invés de construirmos delegacias e penitenciárias, queremos focar no empreendedorismo, no conhecimento e na Educação de nossas crianças. Daqui a 10 ou 20 anos, o Município de Manaquiri será diferente e melhor. Os outros prefeitos precisam viver esse desafio", orgulha-se Jair.



Reconhecimento

Ziulkoski recebe título de Cidadão Honorífico da Câmara Municipal de Porto Alegre



Secom/Câmara de Vereadores/POA

A Câmara Municipal de Porto Alegre entregou na sexta-feira, 27 de agosto, o título de Cidadão Honorífico ao presidente da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Paulo Roberto Ziulkoski. A homenagem foi proposta pelo vereador Sebastião Melo e reuniu vereadores, lideranças municipalistas, familiares e amigos do presidente.

Em discurso, Ziulkoski afirmou que o título de Cidadão engrandece seu currículo e impõe a ele mais responsabilidade. Ele disse que seu perfil sempre foi o de enfrentamento, ainda na atualidade, por causa da luta por mais recur-

sos em favor dos Municípios. “Entendemos que isso é um dever de cidadão. É preciso manter a indignação, pois ainda hoje vivemos como na época da Monarquia, com forte concentração de recursos nas mãos da União”, disse.

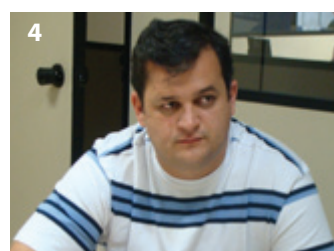
Sebastião Melo destacou a atuação de Ziulkoski em defesa do fortalecimento dos Municípios. O vereador lembrou que o homenageado dirige a CNM há treze anos, o que demonstra competência na defesa dos interesses municipais. “Quando foi prefeito de Mariana Pimentel, Ziulkoski reduziu quase a zero a mortalidade infantil e a evasão escolar. Isso chamou a atenção dos prefeitos gaúchos, que o levaram à direção da Famurs. Depois, foi chamado para assumir a CNM”, afirmou.

Melo acrescentou que foi de Ziulkoski a iniciativa de promover a primeira Marcha de prefeitos a Brasília. Ele destacou a liderança decisiva de Ziulkoski em conquistas importantes dos Municípios como a criação da Contribuição para Iluminação Pública, a introdução do pregão eletrônico, a destinação de verbas para o transporte escolar e a proposta da divisão, entre todos os Municípios do País, dos *Royalties* do pré-sal.

Prestigiaram a homenagem, presidida pelo vereador Bernardino Vendruscolo, os vereadores Toni Proença e Reginaldo Pujol.

Gestores

Emenda 29 domina discussões entre gestores



Agência CNM

Mesmo após o término das mobilizações em prol da regulamentação da Emenda Constitucional 29, a sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em Brasília, continuou recebendo a visita de gestores municipais em agosto. Eles vieram em busca das orientações técnicas que a CNM oferece, sempre com os interesses voltados aos Municípios.

A Emenda 29 dominou a pauta de discussões.

De todas as regiões, os prefeitos relataram dificuldades em manter os serviços de Saúde oferecidos à população nos Municípios, em razão da falta de recursos. Em todas as entrevistas, eles falaram sobre a indignação com o descaso do governo federal e dos deputados.

A sede da CNM na capital federal continua de portas abertas a todos os gestores municipais do

Brasil. Veja a lista dos que visitaram a entidade em agosto:

- 1) **Prefeito de Itapoá (SC), Ervino Sperandio**
- 2) **Secretário de Administração, André Oliveira, e chefe de engenharia, Jânio Souza, de Roteiro (AL)**
- 3) **Prefeito de Porto da Folha (SE), Manoel Gomes de Freitas**
- 4) **Prefeito de Florânia (RN), Sivaldo de Medeiros**